

ATA DA 44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEZESSETE DE SETEMBRO DE 2014.

2º PERÍODO - 16ª LEGISLATURA.

Presidência: Rafael Marreiro de Godoy, José Carlos de Camargo e José Antonio de Barros.

Secretaria: Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo e Alexandre Rodrigo Soares.

Vereadores Presentes: Adenilson Correia (Mestre Kalunga), Etelvino Nogueira, José Carlos de Camargo, Luiz Gonzaga de Jesus e Mauro Salvador Sgueglia de Góes.

Vereadores Ausentes: Alacir Raysel, Alexandre Rodrigo Soares, Alfredo Fernandes Estrada, Donizete Plínio Antonio de Moraes, Flávio Andrade de Brito, Israel Francisco de Oliveira, José Antonio de Barros, Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo, Rafael Marreiro de Godoy e Rodrigo Nunes de Oliveira.

Início dos Trabalhos às 14h 20 min.

Leitura de um trecho da Bíblia e de um artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos pelo Vereador Luiz Gonzaga de Jesus.

Ordem do Dia:

1-Esclarecimentos dos Senhores Sérgio Ricardo de Angelis – Diretor do Departamento de Planejamento; Senhor Alexandre Valente Oliani – Chefe de Divisão de Fiscalização e posturas da Estância Turística de São Roque; Wesley de Matos Pereira – Chefe de Serviços de Saúde (Vigilância Sanitária); Lourival Rosa – Inspetor Chefe da Guarda Civil; Osni Rodrigues – Coordenador Geral da Defesa Civil da Prefeitura da Estância Turística de São Roque e o Senhor Rafael Schumann Thomaz – responsável pela fiscalização de tributos – Fiscalização de Bares, Casas Noturnas e outros eventos, em atenção à convocação aprovada pelo requerimento 208/2014, de autoria do Vereador Etelvino Nogueira. Estavam presentes também o Senhor Ronaldo Xavier Alves - Vice-Presidente do Conseg, Tenente PM João Roberto Medeiros Freitas - Comandante Interino da 2ª CIA do 50º Batalhão de Polícia Militar– Representando o Capitão Carlos Ricardo Ceoloni, e o Senhor Paulo Ricardo Silva - representando o Senhor Osni Rodrigues – Coordenador Geral da Defesa Civil.

Vereador Etelvino Nogueira: Esclarece que o motivo que o levou a apresentar o Requerimento de convocação dos Senhores Sérgio Ricardo de Angelis – Diretor do Departamento de Planejamento; Senhor Alexandre Valente Oliani – Chefe de Divisão de Fiscalização e posturas da Estância Turística de São Roque; Wesley de Matos Pereira – Chefe de Serviços de Saúde (Vigilância Sanitária); Lourival Rosa – Inspetor Chefe da Guarda Civil; Osni Rodrigues – Coordenador Geral da Defesa Civil da Prefeitura da Estância Turística de São Roque e Rafael Schumann Thomaz – responsável pela fiscalização de tributos – Fiscalização de Bares, Casas Noturnas e outros eventos, é para se obter informações sobre alvarás de Bares, que na maioria das vezes excedem o horário permitido aos fins de semana, causando inúmeros transtornos aos moradores de suas proximidades. Solicita ao Senhor Daniel de Oliveira Costa – Prefeito da Estância Turística de São Roque, que seja elaborado um relatório dos bares situados no Município, principalmente os afastados da área central, e em seguida a fiscalização de seus alvarás, pois há estabelecimentos que mesmo com irregularidades estão em funcionamento normalmente. Comenta que há algum tempo se conseguia contato com os fiscais da Prefeitura nos fins de semana,

e que atualmente não se consegue mais. Diz que seu desejo é que os Departamentos de Fiscalização, Vigilância Sanitária, Polícia Militar, Guarda Civil Municipal, entre outros se unam para resolver a presente situação.

Sérgio Ricardo de Angelis: Fala sobre a existência de uma legislação que impede o trabalho de um profissional a partir de determinado horário, e que ainda assim os fiscais vêm realizando seus trabalhos como "Carga horária extra". Relata que a demanda aumentou muito nos últimos tempos, e que o Estância Maylasky e o Laço Aberto são os estabelecimentos que vêm gerando maior número de reclamações, pois foi constatado o uso de substâncias ilícitas e a presença de menores de idade nos locais. Diz que foi decretado que foi decretado o fechamento do Estância Palhoça, outro estabelecimento com elevadas ocorrências. Comenta que há estabelecimentos que possuem alvarás de funcionamento com autorizações diversas do que vem sendo praticadas no local.

Alexandre Valente Oliani: Comenta que tem realizado fiscalizações noturnas e que há um relatório com os estabelecimentos que tem um número maior de denúncias. Fala que tem se atentado ao horário em que os estabelecimentos estão fechando para garantir que os responsáveis pelos mesmos estejam cumprindo com o horário estabelecido pelo alvará. Relata que uma das maiores dificuldades que os fiscais enfrentam é o aluguel de chácaras, pois, por se tratar de propriedade particular a única ação que se pode praticar é a de solicitar a diminuição do volume de som.

Wesley de Matos Pereira: Fala que as vistorias são realizadas diurnamente, e que quando a Prefeitura recebe a viabilidade junto com os demais departamentos, a Vigilância Sanitária participa conferindo se o local é apropriado para o tipo de comercialização solicitada, realiza inspeções estabelecendo rumos em relação a saúde do mesmo e, em seguida, libera o alvará de funcionamento pelo prazo de 12 (doze) meses. Explica que se aproximando do final do prazo estabelecido, o proprietário ou responsável pelo local deve solicitar uma nova licença. Informa que a equipe da Vigilância Sanitária se disponibiliza a auxiliar na fiscalização de bares, e torna seus telefones públicos para facilitar contato com os mesmos. Diz ainda que, quando necessário, mesmo fora do horário de trabalho, é possível um agendamento para realizar fiscalizações juntamente com os demais departamentos.

Lourival Rosa: Fala que a Guarda Civil Municipal recebe constantes reclamações referente a bares e chácaras alugadas. Explica que a GCM não possui competência para utilizar o decibelímetro que, mesmo possuindo o aparelho, nenhum dos Guardas tem formação que os habilite a manejar o equipamento. Diz que quando há uma fiscalização em que o local é considerado perigoso, os mesmos acompanham o procedimento da fiscalização, cita como exemplo o Estância Maylasky, localizado no Distrito de São João Novo, que possui alvará de restaurante e pesqueiro, porém o mesmo é uma "Casa de Shows". Relata que a GCM recebe inúmeras denúncias devido a presença de menores de idade e o uso de substâncias ilícitas no local.

Paulo Ricardo Silva: Fala que a Defesa Civil não tem competência para realizar fiscalizações. Diz que quando é realizada uma vistoria em determinado local e se constata uma irregularidade, os mesmos acionam os departamentos competentes, tais como Vigilância Sanitária, Polícia Civil, dentre outros, para que os devidos

procedimentos sejam providenciados. Encerra dizendo que a Defesa Civil está à disposição caso haja a necessidade de auxílio.

Rafael Schumann Thomaz: Informa que o cargo recentemente ocupado pelo Senhor João Eudes do Nascimento, atualmente pertence à Senhora Daiane Correia Lopes e que a mesma não pôde comparecer na Sessão Extraordinária, motivo pelo qual compareceu substituindo-a. Diz que mesmo sendo fiscal de tributos e não externo entende as dificuldades que os mesmos vêm enfrentando uma vez que já exerceu a referida função.

Tenente PM João Roberto Medeiros Freitas: Explica que quando a denúncia se refere a propriedade particular o procedimento a ser seguido é solicitar a diminuição no volume do som e constar em relatório o nome do responsável pela residência, uma vez que som alto em domicílio é considerado apenas uma contravenção, e quando estabelecimento é elaborado um Ofício pela Polícia Militar relatando o ocorrido à Prefeitura para procedimentos.

Ronaldo Xavier Alves: Lamenta o impedimento dos fiscais em realizarem seus trabalhos no período noturno, uma vez que é nesse período que ocorre o maior número de denúncias, sendo serviços indispensáveis para a segurança do Município. Comenta sobre loteamentos irregulares existentes no Bairro Saboó. Sugere a união dos departamentos para a preservação da Cidade. Diz que o Conseg estará sempre a disposição da fiscalização.

Vereador Adenilson Correia: Fala sobre a grande responsabilidade em administrar uma Cidade. Parabeniza todos os departamentos pelos trabalhos e reuniões que vem acontecendo para garantir a segurança do Município. Externa preocupação com as ocorrências noturnas, que na maioria das vezes são causadas por pessoas com ingestão de substâncias ilícitas e até mesmo bebidas alcoólicas.

Vereador Etelvino Nogueira: Fala sobre a Lei 1877/1990 que regulamenta serviços extraordinários e sugere uma alteração na mesma, ampliando em até 40 (quarenta) horas extras mensais. Diz que a referida Lei não impede os fiscais de realizarem seus trabalhos após sua jornada. Fala também sobre a Lei 3.372/2009 que disciplina a realização de eventos no Município com música eletrônica, ao vivo ou de outros gêneros, podendo considerar "outros gêneros" como quaisquer evento. Sugere que quando divulgado determinado evento, seja feita a fiscalização no local antes da realização do mesmo para identificar possíveis irregularidades. Sugere ainda que os fiscais da Prefeitura elaborem um relatório constando os estabelecimentos existentes em cada Bairro do Município e separar os regulares dos irregulares. Fala que quando a fiscalização não pertencer ao Departamento acionado em caso de denúncia, a mesma seja repassada para o órgão competente.

Vereador Luiz Gonzaga de Jesus: Comenta sobre o funcionamento de um bar 24 horas situado no Jardim Ester e referente às condições anti-higiênicas do bar localizado ao lado de um rio na Vila Nova São Roque.

Vereador Mauro Salvador Sgueglia de Góes: Fala sobre a importância da união de todos os departamentos, pois juntos podem solucionar da melhor forma possível as irregularidades dos estabelecimentos não deixando a desejar a segurança da população. Sugere ao Poder Executivo que seja feito um "rodízio" com os "Cargos de Confiança" para tentar ampliar o quadro de funcionários da fiscalização.

Sérgio Ricardo de Angelis: Diz que fará estudos referente a Lei 1877/1990. Informa que o bar localizado no Jardim Ester, mencionado pelo Vereador Luiz Gonzaga de Jesus, não possui alvará de funcionamento, inclusive negado pelo próprio Diretor de Planejamento.

Alexandre Valente Oliani: Comenta que anteriormente os departamentos não trabalhavam em conjunto, pois uns liberavam o alvará e outros não, havendo divergência de informações. Fala que a fiscalização está adotando novas providências para que quando locatários, o responsável pelo imóvel também seja notificado.

Tenente PM João Roberto Medeiros Freitas: Comenta que a Polícia Militar recebe constantes denúncias do Estância Maylasky, e os mesmos oficiam a Polícia Rodoviária para adotar os procedimentos cabíveis, uma vez que o referido estabelecimento se localiza em rodovia.

Sérgio Ricardo de Angelis: Comenta que muitos comerciantes solicitam a ampliação de horário de funcionamento e estudos são realizados para viabilizar a possibilidade de atender a reivindicação dos mesmos de forma legal.

Vereador Etelvino Nogueira: Relata o transtorno que é causado aos moradores do Bairro do Carmo, devido aos eventos que são realizados em chácaras alugadas.

Alexandre Valente Oliani: Informa que a obra de uma casa foi embargada no Jardim Renê, devido a constar várias irregularidades na mesma, tendo sido o Ministério Público foi comunicado na Gestão anterior.

Vereador José Carlos de Camargo: Agradece a presença de todos.

Encerram se os trabalhos às 17h00 min.

JOSÉ CARLOS DE CAMARGO

Vice-Presidente

ETELVINO NOGUEIRA

Secretário "ad-doc"